

Imunidade das Entidades Filantrópicas

POLÍTICA INDUTORA DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS
ASSEGURADA NO § 7º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

2024

Vanderlei José Vianna

**IMUNIDADE DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS
POLÍTICA INDUTORA DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS
ASSEGURADA NO § 7º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

© Almedina, 2024

AUTOR: Vanderlei José Vianna

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

PRODUTORA EDITORIAL: Erika Alonso

ASSISTENTES EDITORIAIS: Laura Roberti, Tacila da Silva Souza e Patricia Romero

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9788584937387

Junho, 2024

1261836

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vianna, Vanderlei José

Imunidade das entidades filantrópicas : política indutora da concretização dos direitos sociais assegurada no § 7º do art. 195 da Constituição Federal / Vanderlei José Vianna. – São Paulo : Almedina, 2024.

ISBN 978-85-8493-738-7

1. Assistência social 2. Direito tributário – Brasil 3. Filantropia
4. Imunidade tributária – Brasil 5. Organizações da sociedade civil – Brasil
6. Terceiro setor – Leis e legislação – Brasil
I. Título.

24-207052

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Terceiro setor : Imunidade das contribuições
sociais : Direito tributário 34:336.2

Eliane de Freitas Leite Bibliotecária – CRB 8/8415

Universidade Católica de Brasília – UCB

Reitora: Profa. Me. Adriana Pelizzari

Pró-Reitora Acadêmica: Profa. Me. Adriana Pelizzari

Pró-Reitor de Administração: Prof. Me. Wesley Rodrigues Sepúlveda

Coordenador de Internacionalização: Prof. Dr. Ir. Lucio Gomes Dantas

Coordenadora de Pesquisa e Extensão: Profa. Dra. Sílvia Kéli de Barros Alcanfor

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito: Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle

Editor-Chefe do Convênio de Publicações: Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1. TERCEIRO SETOR.....	29
1.1 Noções de Terceiro Setor	29
1.2 Conceito de Terceiro Setor	30
1.3 A evolução do Estado e o protagonismo do indivíduo.....	32
1.4 Noções de Sociedade Civil.....	37
1.5 A crise do Estado-providência e o Terceiro Setor.....	39
1.6 Entidades do Terceiro Setor no Brasil.....	43
1.7 Números de Organizações da Sociedade Civil no Brasil.....	54
1.8 Conclusão Parcial.....	55
CAPÍTULO 2. A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	57
2.1 Limitações ao poder de tributar	57
2.2 Conceito de imunidade tributária	61
2.3 A imunidade das instituições de educação e assistência social	65
2.4 Conceito de entidade beneficente de assistência social	68
2.5 A Imunidade das contribuições sociais das entidades beneficentes (Art. 195, § 7º da CF).....	72
2.6 Conclusão Parcial.....	84
CAPÍTULO 3. CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES.....	87
3.1 Histórico da certificação das entidades beneficentes de Assistência Social – CEBAS.....	87
3.2 A regulamentação por meio de decretos e de lei ordinária	89
3.3 A resposta do STF sobre as alegações de inconstitucionalidade.....	92
3.4 As Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIN 2028 e conexas	94

3.5	A Promulgação da Nova Lei Complementar 187/2021	98
3.6	A derrubada parcial dos vetos.	100
3.7	Alteração da Lei Complementar (LC 187/2021) por lei ordinária do Prouni	103
3.8	O Decreto de regulamentação da Lei Complementar 187/2021.....	107
3.9	A inconstitucionalidade das contrapartidas econômico-financeiras.	110
3.10	A imunidade das contribuições sociais das entidades beneficentes.....	112
3.11	Pontos controvertidos da nova Lei Complementar 187/2021.....	116
3.12	Ação direta de inconstitucionalidade contra a LC 187/2021	124
3.13	Conclusão parcial.....	124
CAPÍTULO 4. O RETORNO PRESTADO PELAS ENTIDADES BENEFICENTES		127
4.1	A Seguridade Social.....	127
4.2	O financiamento da Seguridade Social.....	128
4.3	Números dos Gastos Tributários	134
4.4	As contrapartidas do setor filantrópico.....	136
4.5	Gastos Tributários e Contrapartida.....	138
4.6	Área de Saúde.....	139
4.7	Área de Educação	140
4.8	Área de Assistência Social	141
4.9	Conclusão Parcial.....	142
CAPÍTULO 5. A FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES IMUNES PELO ESTADO.....		143
5.1	O Combate à corrupção no Terceiro Setor	143
5.2	Antecedentes da Lei Anticorrupção	147
5.3	Aplicação da Lei Anticorrupção no Terceiro Setor	148
5.4	A Responsabilização da Entidade e dos Dirigentes.....	149
5.5	Programa de Integridade	149
5.6	Necessidade Legal do <i>Compliance</i>	153
Conclusão Parcial		154
CONCLUSÕES		154
REFERÊNCIAS		163